

“Mas o que tinha no meu corpo?” Discutindo sobre infâncias e transexualidade

“But what was in my body?” Discussing infancy and transsexuality

Jaime Eduardo Zanette ¹

Michele Leguiça ²

Jane Felipe ³

Resumo: Este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa que tem por objetivo discutir e tensionar a construção e (des)arranjos dos *scripts* de gênero nas infâncias, percebendo as situações que estão em jogo quando o assunto se refere à constituição de corpo, gênero e sexualidade das crianças, especialmente em relação ao tema da transexualidade. A metodologia utilizada foi a da entrevista-narrativa com três mulheres trans e três homens trans. Buscando apoio teórico nos Estudos de Gênero, de inspiração pós-estruturalista, bem como nos Estudos *Queer*, pode-se concluir que: a) a transexualidade é uma expressão identitária de caráter contingente que sofre constantemente regulações cisheteronormativas, de ordem social e familiar. b) o poder pastoral e a hipótese repressiva tornam-se tecnologias com vistas na regulação dos corpos. c) mesmo diante de todas as repressões sofridas, as crianças que apresentam variante de gênero operam técnicas para subverter a cisheteronorma.

Palavras-chave: Infâncias; Scripts de Gênero; Transexualidade; Cisheteronormatividade.

Abstract: This article presents part of the results of a research that aims to discuss and stress the construction and (dis) arrangement of gender scripts in childhood, perceiving the situations that are at stake when the subject refers to the constitution of body, gender and sexuality of children, especially in relation to the subject of transsexuality. The methodology used was the interview-narrative with three trans women and three trans men. Seeking theoretical support in Gender Studies, post-structuralist inspiration, as well as in the Queer Studies, one can conclude that: a) transsexuality is a contingent identity expression that undergoes constant and heterogeneous normative social and family regulations. b) pastoral power and the repressive hypothesis become technologies with a view to regulating bodies. c) even in the face of all the repressions suffered, children who have a gender variant operate techniques to subvert the cisheteronorma.

Keywords: Childhood; Gender Scripts; Transsexuality; Cisheteronormatividade.

Introdução

Mesmo já tendo avanços significativos a temática da transexualidade vem demandando caras reflexões e intensos movimentos. Quando este assunto é tramado no âmbito da(s) infância(s), torna-se ainda mais complexo e polêmico.

1 Licenciado em Pedagogia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Especialista em Docência na Educação Infantil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: edujaimesl@gmail.com

2 Mestranda em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: micheleleguica@hotmail.com

3 Professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui graduação e Licenciatura Plena em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: janefelipe.souza@gmail.com

Partindo desse pressuposto, sob a perspectiva pós-estruturalista, pretendemos nesse estudo, apresentar parte da discussão proposta a partir de uma pesquisa que pretendeu discutir o tema da transexualidade, infâncias e controle dos corpos e sua importância para a formação docente.

Neste sentido pretendemos trazer para nossa agenda de discussões no campo da Educação Infantil, uma temática que em geral é ignorada ou ainda tratada com coibição: a construção dos *scripts* de gênero e, nesse complexo movimento, a transexualidade e suas (im)possibilidades de manifestações na infância. (FELIPE, 2019; FELIPE; GUIZZO, 2017). Vale ressaltar que nessas construções, as relações de poder se manifestam – geralmente baseadas na metanarrativa do corpo imerso no discurso biológico - buscando legitimar determinadas identidades.

As infâncias - assim como as identidades de gênero e as identidades sexuais – são tratadas aqui sob a perspectiva da complexidade, sendo compreendidas como algo que nos escapa (LARROSA, 2011). Sendo assim, resolvemos investir em uma investigação que pudesse compreender um pouco mais acerca de tais conceitos, especialmente os que se referem à categoria de crianças que escampam às normas binárias de gênero a que foram submetidas, borrando suas fronteiras rigidamente estabelecidas.

As questões principais de pesquisa aqui colocadas são as seguintes: quais são as situações que estão em jogo quando o assunto é a constituição de gênero e sexualidade das crianças? Em que medida a transexualidade pode se manifestar na infância e de que forma ela pode ser compreendida pelos adultos e pelas próprias crianças, em especial no espaço escolar?

Partindo dessa interrogativa, acreditamos ser pertinente uma análise mais profunda sobre essas crianças que não correspondem às normas pré-estabelecidas em relação às expectativas de gênero, mostrando especialmente quais foram suas “estratégias de fuga”. Assim, nos debruçamos sobre a análise daqueles sujeitos que, por vezes, borram as fronteiras culturais e sociais que lhes são impostas em relação aos seus corpos e modos de ser, a partir de uma perspectiva binária (masculino e feminino), seja de forma sutil ou então rompendo com a ideia de um corpo disciplinado.

Vale destacar que potencializar reflexões como estas, contribui para reafirmar a seriedade e caráter científico das vertentes teóricas adotadas neste trabalho. Isso pode ser entendido como uma demarcação de resistência frente aos ataques dos movimentos conservadores que muitas vezes desqualificam as produções das Ciências Humanas.

Transexualidade: tensionando os *scripts* de gênero e rompendo a cisheteronorma

Baseados nos conceitos de Guacira Lopes Louro (2011) compreendemos que as normas – constituídas no âmbito histórico, cultural e social - em torno da construção das masculinidades e feminilidades ditam certos *scripts*. Estes por sua vez, delineiam comportamentos, gostos e sentimentos pautados em uma concepção heteronormativa, ou seja, a partir de uma imposição em que a heterossexualidade é tida como a norma, o destino “natural”, como se isso fizesse parte da “essência” dos indivíduos. Esta dicotomia, construída e ratificada, pode desencadear no aprisionamento e no descarte da possibilidade de transitar ou de não se identificar com o prescrito para este corpo com a genitália feminina ou masculina.

Para ampliar tal discussão, recorreremos aos Estudos *Queer*, considerados uma vertente bem importante do pensamento contemporâneo ocidental, especialmente na medida em que coloca em xeque

as noções de identidade, identificação e sujeito. Jimena Furlani (2011, p. 36) compreende os Estudos *Queer* como uma política de conhecimento cultural que visa criticar e rejeitar qualquer expressão de norma. Portanto, sob tal problematização “[...] se presta tanto às discussões sexuais (que a originaram) quanto às questões raciais, étnicas, coloniais, de gênero, geracional.”

Sob esta perspectiva, Judith Butler (2015) critica o conceito de identidade baseada na relação sexo-gênero-sexualidade. Para a referida autora, quando se declara que um bebê “é menina” ou “é menino”, instaura-se uma lógica normativa de que o sexo da criança determinará seu gênero e ‘por conseguinte’, em uma sociedade heteronormativa, esse sujeito terá que se relacionar com um indivíduo de sexo diferente do seu.

Sustentada nestes estudos, Thayz Athayde (2018), amplia nossa problematização ao discutir os aspectos biopolíticos que envolvem a cisheteronormatividade na infância. Baseada nos conceitos foucaultianos acerca da discursividade, a autora ressalta que os discursos acerca da fragilidade e inocência infantil, desencadeiam em conduções de condutas com vistas em uma maquinaria de proteções, sanções e regulações dos corpos dos sujeitos de tenra idade.

Assim, é possível perceber que as tecnologias de administração e regulação dos corpos infantis, bem como a produção discursiva da infância como época da inocência, operam buscando garantir uma vida adulta “normal” e produtiva. Neste sentido, podemos observar que o dispositivo de idade (POCAHY, 2011) vem criando faixas etárias e formas de governo para cada grupo como forma de exercer a biopolítica.

Convergindo com esta perspectiva, João Silva (2018) salienta que desde a invenção na modernidade, o corpo infantil foi pensado sob a perspectiva da atemporalidade, dependência e ingenuidade. Estas significações foram sendo tramadas em um jogo de verdade e naturalizadas de tal modo que instituições como famílias, escolas de educação básica e universidades, foram sendo “impedidas” de problematizar tais significados.

Dessa forma:

As práticas que tentam colocar as crianças como não participantes sobre seus corpos e desejos, alegando que elas devem ser protegidas, na verdade, diz respeito à técnicas regulatórias que insistem em proteger não a infância, a inocência ou a criança, mas sim a heterossexualidade e a cisgeneridade (ATHAYDE, 2018, p. 339).

Portanto, Athayde (2018) nos mostra que além da norma voltada para a heterossexualidade, ela também se volta para a cisgeneridade. Neste sentido, a cisheteronormatividade visa operar sobre os corpos, classificando-os e entrando em conflito quando se depara com sujeitos trans. Sendo assim, valendo-se de uma manobra biopolítica, os corpos das pessoas trans passam a ser considerados como aqueles que não valem a pena viver. Neste sentido, os corpos que não se identificam com o gênero designado ao nascimento, a partir do sexo, ou que borram as fronteiras, ficam fora do conceito de humano, constituindo assim o domínio do desumano e do abjeto (BUTLER, 2015).

Assim, desde a mais tenra idade, os corpos são educados por meio de processos e pedagogias distintas no âmbito familiar, escolar, comunitário, midiático, dentre outros. Entretanto, conforme Silva (2018), mesmo que a vida dos sujeitos trans seja atravessada pelo signo do medo e da abjeção, há movimentos de bagunça, criação, insistência, invenção e resistência com vistas a viver suas diferenças.

Estas tramas compõem e tensionam o que Jane Felipe (2019) compreende como *scripts* de gênero, que se referem às atribuições culturalmente definidas como masculino e feminino, produzindo assim diferenças. Estas, por sua vez, desencadeiam nas expectativas corporais e como as vemos. Vale destacar,

que estes significados são constituídos nas relações de poder, por meio de minuciosas técnicas de vigilância e regulação. De acordo com Felipe (2019), desde muito cedo as crianças vão compreendendo os discursos acerca ‘do que é ser menino ou menina e do que é permitido a cada um/a’. Afinal, desde que nascem, os bebês recebem marcas que os identificam a partir das expectativas de gênero presentes na cultura. As roupas, as cores, os acessórios como brincos e pulseiras são alguns exemplos de marcadores da generificação. Os brinquedos e as brincadeiras disponíveis aos meninos e as meninas, também se constituem como marcadores dessa expressão identitária.

Já os *Scripts* sexuais, segundo Felipe (2019), dizem respeito ao campo afetivo-sexual, ou seja, a forma como os sujeitos vivenciam seus prazeres e desejos corporais, estabelecendo assim relações de afeto e/ou de interesse sexual para com os outros indivíduos, que podem ser do mesmo sexo (homossexuais), de ambos os sexos (bissexuais), do outro sexo diferente do seu (heterossexuais), ou das mais variadas expressões de gênero (pansexual).⁴

A partir de tais conceituações e retomando a problematização em relação à tríade sexo-gênero-sexualidade, nos debruçaremos sobre as identidades consideradas transgressoras (BENTO, 2008), tais como as identidades trans e suas (im)possibilidades de manifestação na infância. Cabe considerar que para pensarmos em infâncias e transexualidade, operamos uma ruptura nos jogos de poder que produzem um pensamento sobre o sujeito infantil de forma a-histórico, natural e universal. Neste exercício, voltamos nosso olhar para outras formas de infância.

A fim de compreender a transexualidade, é preciso reconhecer a complexidade existente em torno dos *scripts* de gênero rigidamente estabelecidos no âmbito histórico, cultural e social que esta produz. Chamamos de trans, aquelas pessoas que não se sentem alinhadas ao sexo e às expectativas de gênero que lhe foram atribuídas por ocasião do nascimento (FELIPE; GUIZZO, 2017). Com o passar do tempo e de acordo com seus desejos, os sujeitos trans vão operando mudanças corporais, na tentativa de se sentirem alinhados ao gênero com o qual se sentem identificados. Portanto, tais transformações são apenas uma consequência desse sentir-se.⁵

É pertinente ressaltar que as pessoas trans percebem que seus desejos e pensamentos não correspondem às expectativas socialmente estabelecidas para seus corpos. Isto é, embora tenham nascido com um pênis ou uma vagina, elas não se reconhecem como homens ou mulheres, de acordo com aquilo que socialmente é considerado ser próprio do masculino ou do feminino. Desse modo, as pessoas trans relatam ter essa sensação de estranhamento em relação ao próprio corpo, como se estivessem em um corpo “errado”. Essa não correspondência ou “incoerência” entre os corpos e as expectativas socialmente criadas, na medida em que seus desejos, pensamentos e expectativas não coincidem com as imposições da cultura, levam os sujeitos a operarem transformações ou readequações em seus corpos como consequência desse “sentir-se”. Como observa Marina Reidel (2013, p. 22)

Muitas vezes, transexuais sabem que se sentem do gênero oposto ao sexo biológico desde que são crianças, expressam o desejo de pertencer ao gênero oposto [...] Por exemplo, um menino transexual pode expressar o desejo de se vestir com roupas de menino, ou preferir carrinhos a bonecas, ou gostar de futebol a brincar de casinha. Contudo, apesar de que transexuais muitas vezes apresentem estes desejos quando crianças, não necessariamente uma criança que expresse esses desejos é transexual.

4 Felipe (2012, 2013, 2019) considera que a tentativa de definir as chamadas identidades sexuais na infância é, no mínimo, precipitada. Contudo, nos cabe observar e refletir sobre os *scripts* de gênero que são produzidos, reiterados e impostos em suas mais diversas manifestações, desde a mais tenra idade.

5 Sobre essa ideia de sentir-se, o termo *cisgênero* ou *cis* tem sido usado para denominar os sujeitos que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído desde o nascimento (JESUS, 2012).

Diferentemente da contingência abordada por Reidel (2013, p. 22), Preciado (2013), escreve sobre a criança *queer*. Seu texto, “Quem defende/protege a criança *queer*?”, estabelece-se uma forte crítica ao sistema heteronormativo que vigia e busca transformar as crianças em heterossexuais de forma compulsória. Sendo assim, há uma infância *queer* construída e vivenciada pelos sujeitos infantis que escapam da cisheteronormatividade. Em outras palavras, há um modo de vida *queer* que atravessa essas infâncias e constrói o que Foucault (2010) denomina de “estética da existência”. Esta existência, mesmo atravessada pelo poder, luta em um processo de artesanaria de si produzindo outras formas de ser.

Em contrapartida, Berenice Bento, em sua entrevista concedida a Diego Madi Dias (2014), critica as concepções de infância trans ou de criança *queer*. Para ela, os sujeitos infantis, são símbolo de amor, cuidado e proteção. Portanto, devemos deixar as crianças livres, pois elas possuem a necessidade de realizar experimentações que transitam e brincam com os gêneros.

Sendo assim, acreditamos que as crianças são sujeitos que estão construindo sua relação com o universo que a cerca. Neste sentido, elas encontram-se em um processo constante de experimentar para conhecer, o que acontece por meio das brincadeiras e interações. Este movimento, por sua vez, tensiona os *scripts* de gênero, na medida em que suspende as normas sociais e culturais. Portanto, nos cabe ampliar nossas reflexões acerca desses temas, a fim de que possamos construir posturas mais empáticas, acolhedoras e compreensivas com o fato das crianças brincarem com os gêneros e (re)escreverem seus *scripts*.

Entrevista narrativa: um caminho metodológico

Buscamos em Paraíso (2012, p. 42) explicar nosso percurso metodológico, em torno de um tema delicado e difícil, muitas vezes enigmático, que nos remete à temática da transexualidade e sua expressão na infância.

Neste sentido, optamos por desenvolvermos nossa metodologia com sujeitos acima de dezoito anos, em função das questões éticas que envolvem a pesquisa com sujeitos menores de idade. Além disso, sustentados nas questões de performatividade (BUTLER, 2015) entendemos que na medida em que se trabalha com os sujeitos infantis, estamos lançando um olhar performativo sobre eles, o que não vai ao encontro de uma perspectiva de contingência como já havíamos pautado. Dessa forma, resolvemos empregar entrevistas narrativas com pessoas trans, solicitando a elas que contassem suas histórias de vida, principalmente como percebiam suas vivências na infância e seus percursos no tempo em que frequentaram a Educação Infantil.

Para buscar os sujeitos da pesquisa (três mulheres trans e três homens trans), trabalhamos intensamente com base na rede de relações e na análise do “universo trans”, procurando marcas dos vestígios que elas e eles pontuam em suas redes sociais.

Também nos apropriamos de algumas pesquisas pós-críticas, em especial a de Sandra Andrade (2008), que articulou uma perspectiva etnográfica pós-moderna com a entrevista narrativa. A autora debruça-se sobre as produções de Jorge Larrosa, nas quais compreende a narração como um processo de ressignificação do sujeito. Afinal, a narrativa sobre si mesmo é um processo de autointerpretação. Assim, o que somos é o que contamos sobre nós mesmos, o que o pesquisador denomina experiência de si.

As entrevistas desenvolvidas foram guiadas por um roteiro, sendo gravadas e transcritas com o consentimento dos/as entrevistados/as. No início de cada encontro, procuramos explicar o procedimento.

Além disso, buscamos firmar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo o sigilo ético e o uso para fins de pesquisa das informações. Contudo, a pedido dos/as próprios/as entrevistados/as, não criamos nomes fictícios, pois todos/as quiseram dar visibilidade à sua experiência.⁶

É importante considerar que a pesquisa é apenas um recorte de algumas narrativas de homens e mulheres trans, nas quais procuramos dialogar e entender suas experiências, sem, no entanto, generalizar ou fazer juízo de valor. A partir do que cada um/a foi expressando ao longo das entrevistas, procuramos mostrar a “contingência das evidências e a complexidade das operações” (LARROSA, 2011, p. 82) que construíram a infância dos/as participantes desta pesquisa.

Corpo, gênero e (trans)sexualidade não era um assunto a ser tocado

Antes de abordar as narrativas é importante salientar a diferenciação dos conceitos de criança e infância(s). Dessa forma, ressaltamos que os estudos sobre a história e a sociologia da infância, foram pontuais para estabelecer tal distinção. Esses estudos subsidiaram o documento que norteia nossas ações pedagógicas nas escolas, intitulado “Práticas cotidianas na Educação Infantil – para a reflexão sobre as orientações curriculares” (BRASIL, 2009), especialmente quando traz a definição desses termos.

Ancorado em tal documento, entendemos que as crianças sempre existiram como seres humanos de pouca idade, todavia, as sociedades, constituídas em suas diversas culturas e em diferentes tempos históricos, criaram formas de pensar sobre o que é ou como deve ser a vida nesta faixa de idade. Vale destacar que “As crianças pequenas se constituem sujeitos marcadas pelo pertencimento de classe social, de gênero, de etnia, de religião, isto é, todas as inscrições sociais que afetam as vidas dos adultos também afetam a vida das crianças” [grifos nossos] (BRASIL, 2009, p. 24).

Em relação a ideia de que as crianças são produtoras de cultura, a Sociologia da Infância tem trazido importantes contribuições para entendermos a “cultura de pares” (BARBOSA, 2007). Segundo Corsaro (2011), os sujeitos infantis são agentes sociais, ativos e criativos que, por meio dos contextos de vida em que estão inseridos e das interações com os grupos sociais de seu meio, produzem suas próprias culturas infantis e concomitantemente, colaboram para a produção das sociedades adultas. Isto é, através de tal relação, se concebe, produz e legitima as experiências das crianças. Assim, por ser vivenciada de modos muito diversos, adota-se o termo *infâncias* (no plural).

(cadê a cultura? Principalmente porque há um conceito importante relativo às crianças e às infâncias que é o de “cultura de pares”, argumentando que as crianças são produtoras de cultura).

Neste sentido, os depoimentos dos/as entrevistados/as, ainda que tenham vivenciado infâncias distintas, apontam para um aspecto comum entre eles/as, qual seja, o silenciamento em relação à transexualidade, dentro daquilo que Foucault chamou de tecnologias de regulação dos corpos (2015).

Entrevista em: 15/12/2015

Valéria: Porque eu era um assunto a não ser tocado, então eu fiquei quietinha...”Não mexe ali, naquele jeitinho estranho, deixa ali”...

⁶ A solicitação dos/as entrevistados/as em revelar seu próprio nome fez com que revisássemos os critérios propostos no Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Sendo assim, juntos optamos por excluir a seguinte informação: “Da segurança de que nenhuma pessoa será identificada e que se manterá o anonimato dos/as participantes”.

Entrevista em: 09/12/2015

Eric: Tipo “Ah, eu não posso falar sobre isso”, não é uma coisa que era permitida, é uma coisa que eu tinha que esconder..

As falas de Valéria e Eric demonstram o quanto suas infâncias foram marcadas pelas tecnologias de regulação de seus corpos por parte dos adultos, seja na família ou na escola, na tentativa de imprimir e manter a cisheteronormatividade. Foucault (2015), que nos provoca a refletir sobre a potência que as tecnologias de silenciamento possuem. Para ele, o que se recusa a dizer ou se proíbe mencionar, não deve ser encarado como um limite absoluto do discurso. Dessa forma, somos convocados a analisar as diferentes maneiras de não dizer determinados discursos, as formas que estes são distribuídos, bem como a autorização de quem pode ou não pode falar e as exigências de discricção para um e para outros. Portanto, “[...] não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos” (FOUCAULT, 2015, p. 30).

A partir da obra “*História da Sexualidade I*” - associada ao domínio genealógico de Foucault (2015) - a sexualidade pode ser considerada como uma parte importante da genealogia do sujeito. Afinal, o autor retoma o Período Vitoriano, o qual ele considera como o princípio de um grande deslocamento em relação à sexualidade dos períodos anteriores. Esse período marca uma sexualidade contida, reprimida, silenciada, velada, e justificada pela família conjugal. Assim, a norma sexual que passa a vigorar as relações, é alicerçada pelo casamento legítimo, com fins de procriação, dando início à marcha da hipocrisia nas sociedades burguesas.

Frente a isso, Foucault anuncia o conceito de hipótese repressiva, indicando a necessidade de dominar o sexo reduzindo-o ao nível da linguagem. Por meio desses mecanismos não interdita, mas intensificam, incitam a sexualidade, uma vez que regulam o sujeito. Parafraseando o autor, o essencial é a multiplicação dos discursos sobre o sexo no âmbito do exercício do poder. Isso reflete no mecanismo de regulação da sexualidade, que se desenvolveu por meio da potencialização da pastoral católica, colocada em prática no exercício da confissão. Já na literatura, como ocorre em Sade, o sexo é apresentado com detalhes. Os campos da Justiça Penal, da Medicina e da Psiquiatria, também produziram discursos sobre o sexo como forma de gestão e controle.

No caso da transexualidade, que tensiona os *scripts* de gênero, podemos perceber uma hipótese repressiva que visa dominar para regular e readequar o sujeito a cisheteronorma. Nesse jogo de poder, adulto e criança que apresenta a variante de gênero vai sendo fabricado, por meio de práticas repressivas e de silenciamento de determinados discursos para que no silêncio, o indivíduo infantil “esqueça” ou “altere” o *script* de sua constituição identitária. Contudo, mesmo diante dessas regulações, os/as depoentes encontraram a autorregulação dos gestos e gostos como forma de esconder-se ou mesmo proteger-se, construindo desde muito cedo uma estética de existência (FOUCAULT, 2010).

Além disso, torna-se nítido o atravessamento do poder pastoral (FOUCAULT, 2004) no controle e regulação dos corpos infantis, conforme pode ser percebido no discurso a seguir:

Entrevista em: 27/02/2016

Débora: [...] Bom, a minha infância foi assim: como eu tive pais assim, bem religiosos, eles cuidavam muito pra não agredir a nossa moralidade. Minha mãe conta que desde os 2, 3 anos eu já queria andar vestido de menina. Mas os meus pais sempre foram muito cautelosos em dizer assim:

“Ah, deixa botar vestido. Se Deus quer que seja, vai ser! Senão não vai ser!” Sempre tiveram assim, um lado meio religioso acarretando a responsabilidade se eu ia ser transexual ou não, porque eles também não sabiam o que é ser transexual a Deus.[...] Eu com 3, 4 anos já sabia que eu era o que sou hoje, uma menina. Eu só não consegui na adolescência me transformar em menina, porque a alma já é a mesma. A alma permaneceu a mesma.

A partir das contribuições da entrevistada, nota-se o quanto a religião opera sobre o corpo e a sexualidade. Portanto, de acordo com Elenita Silva, Fátima Parreira e Cristian Lissi (2017), que sustentam suas análises no conceito de poder pastoral de Michel Foucault, há uma lógica da moral sexual impressa nos discursos cristãos. Tal pensamento, vem sendo constituído e ganhando novos contornos na atualidade, mas se faz presente desde o período referente a queda do Império Romano. A partir deste período, o cristianismo passou a prevalecer, e os desejos e prazeres foram marginalizados. Nesta conjuntura, a figura da mulher e da criança, passou a ser produzida como aquela que deve ser isolada de determinadas práticas julgadas como propensas ao pecado e perdição. A transexualidade, por sua vez, já é considerada sob a perspectiva judaico-cristã, como uma manifestação pecadora e subversiva, colocando-a no plano da abjeção.

Mesmo atravessados por todos estes discursos os/as depoentes relatam formas de viver, desde a mais tenra idade, nos quais podemos considerar como manifestações do conceito foucaultiano de fazer da própria existência uma obra de arte.

Entrevista em: 09/12/2015

Eduardo: [...] Olha, eu sempre soube que eu era, desde que eu me conheço por gente. Nunca me senti menina, nunca me senti mulher, nunca fui! Nunca fui! Nunca me senti assim! E eu fui me descobrindo...

Entrevista em: 17/11/2015

Marina: [...] Uma coisa que eu me lembro também é que sempre que a minha mãe saía comigo na rua, as pessoas perguntavam se eu era menino ou menina, pois eu tinha os traços femininos desde a infância. Até eu ficava me perguntando: “mas por que as pessoas ficam perguntando se eu sou menino ou menina?”. E eu sempre tive essa coisa muito forte assim.

Entrevista em 15/12/2015

Valéria: [...] Bom, eu lembro que eu achava que era menina. [...] Mas eu digo que o que eu fiquei mais chocada em saber... não, em saber o que eu era... Eu fiquei chocada foi em saber o que eu não era. Pra mim eu era menina. Fiquei chocada ao saber que eu não era uma menina.[...] Uma coisa que eu me lembro muito quando eu saía com a minha mãe na rua, as pessoas chegavam e falavam “Oi e aí, como é que tá? E, ué... cadê teu guri? Porque tu não tinha um menino?! Essa é uma menina né?! E cadê teu guri?” Eu achava o máximo! Eu achava lindo, né? Eu achava, “Nossa, eu pareço uma menina mesmo!”, mas a minha mãe não gostava muito. Mas eu achava engraçado, achava que eu ia crescer e ia continuar assim.

Mesmo percebendo que a maioria dos/as entrevistados/as já apresentava na infância alguma noção de que eles/as não correspondiam ao gênero determinado no seu nascimento, os depoimentos evidenciam que na condição de crianças, só conseguiam lidar com as identidades binárias de menino e menina, uma vez que nem eles/as nem os adultos conseguiam pensar na possibilidade de uma identidade transexual.

Em contrapartida, Nani, uma das pessoas entrevistadas, nos mostra que a expressão da transexualidade não é necessariamente explicitada e nomeada na infância e que no seu caso, só começou a compreender a transexualidade somente na adolescência:

Entrevista em: 09/12/2015

Nani: [...] Durante a minha infância, na verdade, não aparecia pra mim a transexualidade dessa forma assim. A transexualidade começou... eu comecei a entender o que era isso na minha adolescência.

Como refere Oliveira (2014, p. 2658), é importante pensar “as variações de gênero infantis como não fixas, muito menos deterministas”, portanto, compreender como se dá essa dinâmica desde a infância pode contribuir para o fortalecimento dessas crianças, de modo que suas especificidades identitárias não se transformem em sofrimento para elas, cabendo à família e demais adultos responsáveis pela educação entender tais dinâmicas.

As situações aqui descritas mostram algumas nuances em relação às manifestações da transexualidade na infância e na juventude, instigando-nos a pensar na importância de trazer esses temas à discussão, especialmente com jovens e adultos que tenham vivenciado a variação de gênero na infância, mas que não se constituíram como transexuais na juventude ou na idade adulta.

Para pensar mais profundamente acerca do conceito de artesanidade de si, não podemos deixar de lado a problematização de falas como a de Marina, quando enfatiza que a transexualidade sempre foi “algo muito forte” na sua constituição. Tal frase é expressa de outras formas, mas contendo o mesmo teor em outras narrativas.

Entrevista em: 27/02/2016

Débora: [...] O meu conceito, minha opinião própria, a transexual ela é desde criança. Ela tem 3, 4, 5 anos, ela se sente uma menina, quer se vestir de menina e gosta das coisas de menina. Em nenhum momento ela quer ser um menino. Em nenhum momento ela quer usar um “Kichute”, na época do “Kichute”. Nenhum momento ela quer se comportar como um menino. Ser de uma forma que leve ela ao gênero masculino. Não! Ela sempre tem na cabeça que ela é uma menina. Apesar das pessoas não perceberem por causa do cabelo, do corpo, ela é uma menina.

Entrevista em: 09/12/2015

Valéria: [...] É uma coisa que tá lá dentro da tua cabeça e que tu não consegue tirar. É uma coisa natural, é uma coisa tua, não tem como... E como tu vai explicar isso, vai falar para as pessoas que não tem muito o que fazer. Eu me lembro de quando eu era criança, as pessoas o tempo todo querendo dizer: “Senta direito”; “Age como homem”; “Senta como homem”; era sempre isso, sabe?! E eu pensando: “Mas porque que eu tenho que fazer isso?” Ou senão eu pensava: “Mas eu tô fazendo isso!”, mas eu não tava. Porque não era bem assim né...

Entrevista em: 09/12/2015

Eduardo: [...] Minha mãe tinha aquela mania de me corrigir na maneira de sentar: “Fecha as pernas! Menina não senta assim!” Mas eu nem bola dava, nem bola. Aí quando ela botava vestido, aí eu tinha que pegar e fechar as pernas. Mas às vezes eu me descuidava, porque é o teu hábito de sentar, já nasce contigo.

Conforme demonstram desejos e compreensões sobre seus comportamentos e formas de se sentirem, os/as depoentes vão demarcando fronteiras e transgredindo as normas sociais que a relação corpo-gênero-sexualidade impõe, mesmo de forma involuntária. Alexandre Bello (2006), em sua dissertação de mestrado, traz uma metáfora interessante para entendermos essas questões. O autor compara metaforicamente as relações de

gênero com o que acontece na órbita celestial. Para ele, nossos corpos são comparados aos astros que compõem o sistema solar. Dessa forma, para discutir gênero é empregada uma *matriz (cisheterossexual)* como o centro de gravidade, que aprisiona todas as possibilidades de gênero e sexualidade à nossa volta, servindo de guia para que nos aproximemos ou nos afastemos do que é ditado com norma para homens e mulheres.

Louro (2008) chama atenção para o fato de que os sujeitos que ousam romper a norma são sancionados por pedagogias corretivas. Neste sentido, o trabalho de Foucault (2013), ao discutir acerca do sujeito, das relações de poder e das estratégias de confronto, nos parece bastante apropriado para analisar o quanto as infâncias, aqui relatadas, sofreram constantes regulações cisheteronormativas. Contudo, estas crianças não ficaram passivas diante de tais regras e mesmo sem compreender as especificidades de sua condição transexual, já apresentavam estratégias de resistência, o que pode ser interpretado como marcação de confronto. Zandra Elisa Argüello (2013, p. 112-113) expande a discussão ao assinalar:

As teorizações foucaultianas falam de um poder disciplinar presente em práticas cotidianas, que tem como objetivo exercer o controle sobre os sujeitos através da regulação de suas condutas. A normalização dos comportamentos de meninos e meninas, a produção de saberes sobre a sexualidade e os corpos, as tecnologias que garantem o governo e autogoverno tem contribuído na produção de homens e mulheres e têm exercido domínio sobre suas relações. Podemos olhar para as marcas dessas tecnologias no silenciamento e ocultamento das mulheres, na hipervalorização da masculinidade como sendo “a norma”, na celebração da heteronormatividade e na marginalização de comportamentos e identidades consideradas “desviantes”.

Dessa forma, a censura sofrida demarca uma disciplina, e para entender melhor a norma que rege esse processo disciplinar, recorreremos a Reidel (2013), que também se inspira em Foucault, para destacar a ideia de que todos têm um sexo definido e naturalmente dado, estando assim enraizado em nosso pensamento. Portanto, de acordo com esse pressuposto, nosso ‘verdadeiro’ sexo é a causa de nossos comportamentos, bem como, a causa de nossas características sexuais observáveis. O ‘verdadeiro’ sexo, nesse sentido, determina a identidade de gênero do indivíduo, seu comportamento e seu desejo pelo sexo oposto.

Guizzo (2013) ao discutir sobre a constituição da masculinidade e da feminilidade na Educação Infantil, nos alerta que o indivíduo se constrói intelectualmente e socialmente de acordo com padrões culturais aceitos como norma. A autora ainda ressalta, que há uma constante regulação e controle sutis sobre as condutas para que nenhum indivíduo “atravesse” as fronteiras de gênero. Entretanto, cabe destacar que os meninos são mais regulados (BELLO, 2006) que as meninas, que por sua vez, são mais livres dos processos vigilantes e regulatórios/disciplinares (FELIPE; GUIZZO, 2008) tornando-se nítidos nos excertos a seguir.

Os homens trans relatam uma maior liberdade para se expressar ao longo da infância.

Entrevista em: 09/12/2015

Eduardo: [...] A minha mãe me dava boneca, eu ia lá e pegava os bonecos do meu irmão. Aí depois chegou um ponto que ela ia lá e comprava aqueles “bebezão grandão gurizão”, daqueles carequinhas que tinha antigamente, ela já me dava esses. Porque na realidade, ela já sabia

Entrevista em: 09/12/2015

Eric:[...] Mas até certo ponto, eu tinha uma liberdade. Só que a minha liberdade, travava no reconhecimento dos outros. Porque daí eu podia ir lá, fazer umas lutas, um Jiu-Jitsu, um MMA, bater em todo mundo, mas ainda assim todo mundo me tratava como mulher. Isso não fazia sentido pra mim, mas era o que tinha disponível na época.

Nos depoimentos trazidos por homens e mulheres trans, foi possível observar uma diferença entre eles: enquanto as mulheres trans tiveram seus comportamentos mais regulados, causando conflitos e divergências familiares na infância e adolescência, os homens trans tiveram alguma margem de liberdade para transitar pelos *scripts* de gênero direcionados aos homens. Isto mostra o quanto a educação dos meninos se dá de forma muito repressora, na medida em que é exigido deles a demonstração de um comportamento cisheteronormativo desde a mais tenra infância (BELLO, 2006; PEREIRA; BRITO, 2018).

Entrevista em: 27/02/2016

Débora: [...] A gente acaba virando sempre... Como que se diz? Tu tá sempre em evidência, quando tu não está, tu pensa assim: “Alguma coisa estranha tá acontecendo. Ninguém tá te vendo!” Bate até uma carência (risos)! Porque tu passou a vida toda em evidência na sociedade, na rua as pessoas te olham... Então assim, quando isso não acontece, até chama a atenção. Na infância, infelizmente, foi evidência do início ao fim. Foi bem constrangedor, bem sofrido.

Entrevista em: 17/11/2015

Marina: [...] Mas era isso... As pessoas percebiam, mas às vezes não falavam nada, não sei se na minha frente ou na frente dela (a mãe) para não causar o conflito. Eu tinha uma tia que era uma cobra e ela sempre ‘colocava pilha’ dizia que eu era assim eu era assado e minha mãe ficava muito ofendida. Assisti várias passagens de elas brigarem por conta disso.

A narrativa de Valéria, também demonstra a regulação sofrida na infância. Além disso, os relatos exemplificam os conceitos de Pedagogias da Sexualidade trazidos por Louro (1999), em especial os pressupostos ideológicos sexuais que representam arbitrariamente a pessoa negra, nesse caso o homem negro, como “feroz/selvagem”, logo, mais viril.

Entrevista em: 15/12/2015

Valéria: [...] Porque é toda uma expectativa... Tu imagina, município sendo colonizado por alemães, tu imagina, é tudo um trabalho de obrigatoriedade, de virilidade dos negros, né? Tu já tem isso! E tem que ser um negão viril e etc. e tal. Aí já tinha tudo isso também né? “Mas o que esse negão quer se vestindo de mulher? O que ele tá pensando?” A gente ouve muito, até hoje escuto muito isso. Mas quando criança era pior.

Frente a essas estratégias se configuram uma repressão pelo viés educativo. Portanto, percebendo a infância como uma categoria negociada, Cláudia Maria Ribeiro (2009, p. 60), em sua pesquisa sobre a sexualidade infantil (e aproveitamos para entrelaçar com a temática de gênero) afirma que “[...] a educação para a sexualidade transita pelas ambiguidades: ao mesmo tempo em que pode desencadear da fala da criança sobre o tema, tendo ela, também, o direito ao segredo, o mistério, o enigma.[...]”.

Assim sendo, Ribeiro (2009), nos faz pensar que a constituição da criança não se dá apenas na produção de poder, mas no exercício de infinitas possibilidades. A autora se baseia em Larrosa para sustentar sua perspectiva de que as crianças são sujeitos de direitos. Por isso, os investimentos adultos no saber-poder sobre as infâncias e a expectativa de que se cumpra um roteiro pré-determinado desrespeita a constituição das singularidades dos infantes.

Entrevista em: 09/12/2015

Eduardo: [...] E na tua infância tu não tem alcance, é aquilo que teu pai e tua mãe falam e ponto final! Então eu ficava com aquilo pra mim, guardado em mim. Não contava pra ninguém. Só alguns amigos da minha volta que eu falava.

Diante dessa “impotência” e falta de autonomia para posicionar-se perante a sociedade, nota-se que as crianças mesmo assim criam estratégias de subversão por meio das brincadeiras e do imaginário, o que as fortalecem enquanto sujeitos e demarcam-desestabilizam⁷ os *scripts* de gênero construídos socialmente. Ribeiro (2009) relembra o quanto às brincadeiras infantis podem se constituir em estratégias importantes para que as crianças organizem seu mundo e apropriem-se das relações com outras crianças e adultos. Para a estudiosa, as crianças são capazes de habitar os mistérios do mundo com tamanha sensibilidade, inventando ou imaginando jogos que desencadeiam a descoberta de si e do outro, escapando dos limites que os adultos tentam impor. Tal estratégia pode ser percebida na fala de Eric, ao dizer:

Entrevista em: 09/12/2015

Eric: [...] Então era só o que eu podia fazer, imaginar isso. Eu não tinha autonomia nenhuma sobre a minha expressão, digamos.

Na busca de corresponder às expectativas de gênero oposto ao que foi ‘designado’ desde o nascimento, as crianças, mesmo que de forma discreta, seja nas brincadeiras ou no imaginário, demonstram que as rupturas expressam mudanças que podem favorecer novos modos de existir (SILVA; OLIVEIRA, 2015, p. 494).

Entrevista em: 17/11/2015

Marina: As minhas referências eram só com meninas no início, eu tinha duas primas gêmeas que brincava só com elas o tempo inteiro.[...] Quando brincava com minhas primas eu sempre queria ser a professora, que já tinha um nome feminino e elas aceitavam aquilo naturalmente, pois elas sabiam que se eu não representasse a professora eu não iria brincar, ou seja, eu fazia chantagem.[...] minha irmã mais velha me dava carrinho, mesmo eu pedindo bonecas com o intuito de “me curar”. E o que eu fazia? Eu colocava as bonecas dentro dos carrinhos e brincava com as duas coisas.

Entrevista em: 09/12/2015

Eduardo: [...] Eu brincava de escoteiro sempre com os guris, nunca na volta das gurias, porque eu não gostava. Eu gostava de subir em árvores, naquela época eu tinha uma funda, matar passarinhos, assar...

A partir dos depoimentos aqui apresentados, é possível perceber o quanto as crianças se valiam de estratégias para estarem próximas ao gênero desejado, executando brincadeiras tidas como “próprias” do gênero ao qual elas desejavam pertencer. Louro (2011) mostra como a sociedade trabalha para a produção das identidades de gênero tidas como “normais”, na medida em que apresentam determinados interesses, de desenvolver habilidades ou saberes compatíveis com as referências socialmente admitidas para masculinidade e para feminilidade, o que repercute significativamente no processo performativo dos sujeitos trans.

Todavia, no caso dos relatos, conseguimos identificar que ao adotar determinados comportamentos, brinquedos e brincadeiras, o indivíduo que se sente aprisionado em um corpo que ele não sente como seu, torna-se mais confortável e “completo”, conforme vai constituindo-se performativamente e (re)existindo. Neste sentido, é importante considerar o quanto as experiências narradas nos mostram outras formas de descoberta da criança sobre o seu próprio corpo, assim como sobre o corpo do outro. Isso vai ao encontro de Louro (2014), quando destaca a concepção de corpo que ultrapassa a biologia, sendo um construto histórico, social e cultural, atravessado pelos elementos de gênero, sexualidade, raça/etnia, geração, dentre

7 Utilizaremos o termo demarcar-desestabilizar os *scripts* de gênero, pois entendemos que na mediada em que o/a trans expressa um gosto ou comportamento tido como sendo do gênero oposto ao seu sexo biológico, ele/ela está demarcando um *script* de masculinidade e/ou feminilidade e ao mesmo tempo desestabilizando as normas propostas para cada gênero.

outros tantos atravessamentos, que implicam em controle pautado numa cisheteronormatividade. No entanto, em se tratando de crianças pequenas, talvez seja possível afirmar que elas levam um tempo maior para articular corpo-gênero, visto que, neste período inicial de suas vidas, as questões vinculadas às identidades de gênero sejam mais presentes, a partir da exigência dos adultos, que as educam para que demonstrem desde cedo seus marcadores de gênero. É muito recorrente observarmos nas famílias e nas escolas a interdição dos adultos diante da necessidade de brincarem e se vestirem com artefatos e figurinos opostos aos designados pelo seu sexo biológico.

Para concluir: ainda sobre enigmas e complexidades

Ao concluirmos este artigo, devemos dizer que alguns temas nos desafiam, colocando-se como enigmas, não para que sejam desbravados ou desvendados, mas para provocar em nós discussões mais aprofundadas sobre a complexidade dos sujeitos, fazendo-nos rever as nossas certezas (FELIPE; GUIZZO, 2017).

Ao observar os processos performativos realizados pelos/as entrevistados/as enquanto cidadãs/os atuantes, que guardam em sua memória as infâncias que tiveram, atrevemo-nos a olhar para este estudo como caminhos a serem revistos e compartilhados, especialmente no espaço escolar e no âmbito da formação docente. Trata-se, portanto, de conviver e valorizar a pluralidade e o respeito à diversidade.

Dentre os elementos que emergiram ao longo da investigação, percebe-se que a transexualidade como uma expressão identitária, de caráter contingente, que não cabe mais escondê-la ou patologizá-la, seja na sociedade ou na instituição escolar. Contudo, compreendemos que essas ações caracterizam os jogos de poder que se configuram como um bio-poder, com base na reiterada construção de uma cisheteronormatividade, vigiando, regulando e retendo tais manifestações com a lógica arbitrária de dar continuidade a espécie (WEEKS, 1999).

Nesse sentido, se instaura uma constante vigilância das crianças desde muito cedo. Assim, os sujeitos infantis que por ventura expressem alguns modos de ser e de sentir, que se configurem como sinais de transexualidade, sofrem constantes sanções para que se identifiquem com o gênero que lhe foi designado por ocasião do nascimento, a partir de uma matriz biológica, ratificando a ordem arbitrária de sexo-gênero-sexualidade tão criticada por Butler (2015) e Bento (2008).

Frente a tais análises faz-se necessário produzirmos materiais teóricos e informativos que reflitam junto com a sociedade e comunidade escolar acerca da diversidade sexual e de gênero. Também salientamos a extrema importância de problematizarmos essas questões junto ao corpo docente e equipes diretivas, tanto nos cursos de formação inicial, quanto continuada. Isso, certamente repercutirá em práticas pedagógicas que tenham princípios de liberdade e respeito com as crianças que se encontram nas escolas de Educação Infantil.

Concluimos, dizendo que acreditamos no potencial dessas discussões para que consigamos compreender as linhas que se tramam e contribuem para pensarmos sobre a(s) infância(s) e a(s) transexualidade(s).

Referências

- ANDRADE, S. **Juventudes e processos de escolarização**: uma abordagem cultural. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- ARGÜELLO, Z. E. A. Contos a favor da equidade de gênero. In: FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar; BECK, Dinah Quesada. **Infâncias, gênero e sexualidade nas tramas da cultura e da educação**. Canoas: Ed. Ulbra, 2013. p.112-113.
- ATHAYDE, T. Infância e cisheteronormatividade. In: POCAHY, F.; CARVALHO, F. da S. P. de; COUTO JUNIOR, D. R. (org.). **Gênero, sexualidade e geração**: intersecções na educação e/m saúde. Aracaju: EDUNIT, 2018
- BARBOSA, M. C. S. **Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares**: As Socializações e a escolarização no entretecer destas culturas. *IN: Educ. Soc, Campinas, v.28, n.100- Especial, p.1059-1083, out.2007. Disponível em:* < <http://www.cedes.unicamp.br>>.
- BELLO, A. T. **Sujeitos infantis masculinos**: homens por vir? 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- BENTO, B. A. de M. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BRASIL. **Práticas cotidianas na Educação Infantil** – bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. Brasília: MEC, 2009.
- BRASIL. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2015.
- CORSARO, W. A. **Sociologia da Infância**. 2. ed., Porto Alegre: Artmed, 2011.
- DIAS, D. M. Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 43, p. 475-497, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332014000200475&lng=en&nrm=iso>.
- FELIPE, J. Scripts de gênero, sexualidade e infância: temas. In: ALBUQUERQUE, S. S.; FELIPE, J.; CORSO, L.V. (Org.). **Para pensar a docência na educação infantil**. Porto Alegre: Evanfrag, 2019. p. 236-248.
- FELIPE, J.; GUIZZO, B. S. Rompendo com os scripts de gênero e de sexualidade na infância. In: SARAIVA, K.; GUIZZO, B. (Org.). **Educação, transgressões e narcisismos**. Canoas/RS: Ed. da Ulbra, 2017.
- FELIPE, J.; GUIZZO, B. S. Entre batons, esmaltes e fantasias. In: MEYER, D. E.; SOARES, R. de F. R. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008. p. 31-40.
- FELIPE, J.; GUIZZO, B. S. Sexualidade na infância: dilemas da formação docente. In: XAVIER FILHA, C. (Org.). **Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande, MS: Ed: UFMS, 2012. p. 47-58
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- FOUCAULT, M. (1984). Uma estética da existência. In: FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. [Coleção Ditos e Escritos V]
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.
- FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

- GUIZZO, B. S. Masculinidades e feminilidades em construção na Educação Infantil. In: FELIPE, J.; GUIZZO, B. S.; BECK, D. Q. **Infâncias, gênero e sexualidade nas tramas da cultura e da educação**. Canoas: Ed. Ulbra, 2013. p. 28-44.
- LARROSA, J. Tecnologias do Eu e educação. In: SILVA, T. T. da (Org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011. p. 35-86.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L.(Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 7-34.
- MARCELLO, F. de A. Infância-esquecimento, Infância-viagem: Foucault e a ética da pesquisa com crianças. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 1, p. 127-141, jan./abr. 2015.
- OLIVEIRA, L. M. R. de. **Fronteiras, tensões e prazeres na vivência infanto-juvenil de gênero: um estudo etnográfico e “mãe-biográfico” a respeito da vivência trans durante a infância**. In: REDOR, 18., 2014. p. 2643-2660.
- PARAÍSO, M. A. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, D. E. E.; PARAÍSO, M. A. (Org.). **Metodologias pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 23-45.
- PEREIRA, E. G. B.; BRITO, L. T. Meninos de verdade: discursos de masculinidades na educação física infantil. In: CAETANO, M.; SILVA JUNIOR, P. M. **De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018. P. 212-227.
- POCAHY, F. A. A idade um dispositivo. A geração como performativo, Provocações discursivo-desconstrucionistas sobre corpo-gênero- sexualidade. **Polis e Psique**, V. 1. Número temático, 2011. p. 195-211
- PRECIADO, B. **Quem defende a criança queer?**. Liberation, 2013. Artigo publicado em: 14 jan. 2013 em: <http://www.liberation.fr/societe/2013/01/14/qui-defend-l-enfantqueer_873947> e <<http://artilleriaimmanente.blogspot.mx/2013/01/beatriz-preciado-quien-defiende-alnino.html>>.
- REIDEL, M. **A pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na Educação Brasileira**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- RIBEIRO, C. M. Navegando pelo enigma da sexualidade da criança: “lá onde a polícia dos adultos não adivinha nem alcança”. In: XAVIER FILHA, C. **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. p. 57-70.
- SILVA, E. P. de Q.; PARREIRA, F. L. D.; LISSI, C. B. Sexualidade e religião: reflexões que cabem à educação escolar. In: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (Org.). **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande: Editora da FURG, 2017. p. 85-102.
- SILVA, J. P. de L. Crianças queer no currículo escolar: demandando visibilidade e bagunçando as normas de gênero. In: PARAÍSO, M. A.; CALDEIRA, M. C. da S. (Orgs.). **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018. p. 261 – 278.
- SILVA, A. L. da; OLIVEIRA, A. A. S. de. Transexualização em narrativas de histórias de vida sobre a infância. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 484-508, 2015.
- WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 35–82.